

## Senado aprova licença de 180 dias para mãe cuidar do bebê

Aumento da licença-maternidade de todas as trabalhadoras para seis meses foi votado ontem em Plenário no primeiro dia do esforço concentrado. Proposta de Rosalba Ciarlini vai ao exame da Câmara dos Deputados



- Nova secretaria deverá cuidar da saúde dos índios no país
- Reduzida para 30 horas jornada de assistentes sociais
- Fundo de Catástrofe oferece cobertura suplementar para o seguro rural

— 3, 4, 5 e 8 —

Manifestantes aplaudem, das galerias, a aprovação da proposta de emenda constitucional que amplia licença-maternidade para seis meses

## Definidas áreas temáticas para reforma do Código Eleitoral 2



### Ajuda da PF não impede avanço do plantio de coca na Bolívia

Diretor-geral da PF relata na CCJ que produção de cocaína pelo país vizinho abastece grande parte do mercado brasileiro. Corrêa também falou na CCAI. 7

Luiz Fernando Corrêa (E) em reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), presidida por Eduardo Azeredo

### IPI zero para motoboys comprarem motocicletas

Comissão de Assuntos Sociais aprova isenção do imposto para veículos com motores entre 51 e 125 cilindradas. 6

### Autorizada Olimpíada Brasileira do Esporte

Comissão de Educação dá sinal verde para Poder Executivo promover olimpíada com estudantes do ensino básico. 6

### Nome de Getúlio Vargas no Livro dos Heróis da Pátria

Proposta aprovada pela CE é justa homenagem a um "personagem central da política do país no século 20", disse Pedro Simon. 6



Comissão de juristas instalada para reformar a legislação eleitoral define quatro áreas de atuação, os respectivos relatores e a data para apresentar cronograma de audiências



O ministro Dias Toffoli fala a jornalistas sobre trabalhos da comissão, que se reúne no próximo dia 18 para analisar textos

## Reforma do Código Eleitoral será feita por áreas temáticas

A REFORMA E a uniformização da legislação eleitoral serão feitas a partir de quatro grandes áreas temáticas: administração e organização das eleições; Direito Eleitoral Penal; processo eleitoral; e Direito Eleitoral propriamente dito. A comissão instalada pelo Senado para reformar o Código Eleitoral se reuniu ontem e escolheu os relatores de cada uma dessas áreas. Ficou definida a data de 18 de agosto para a próxima reunião, quando serão apresentados textos básicos para discussão, além do cronograma de audiências públicas nos estados, nas quais serão ouvidas sugestões dos partidos políticos, organizações da sociedade civil e integrantes da Justiça Eleitoral.

– Cada área terá um texto-base para discussão. Esses textos serão sistematizados na próxima

reunião e então começaremos o trabalho de campo, problematizando as questões, ouvindo a sociedade para, então, deliberar através dos relatórios temáticos – explicou o presidente da comissão de juristas, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) José Antonio Dias Toffoli.

Ele disse que o atual processo eleitoral poderá dar subsídios para os trabalhos da comissão, “assim como as experiências dos processos anteriores”, desde a retomada da normalidade democrática a partir de 1988.

– Todos são importantes para uma reflexão sobre o estado da arte da legislação eleitoral. Questões relativas à propaganda eleitoral, uso da internet e direito de resposta estão sendo observadas – afirmou Toffoli, acrescentando que a comissão estará atenta ao uso das novas

tecnologias na Justiça Eleitoral.

“O Supremo já utiliza o Plenário Virtual”, disse, referindo-se a mecanismo que utiliza a rede interna do STF para permitir aos ministros acesso simultâneo aos autos dos processos, dando maior rapidez aos julgamentos.

Uma das principais questões sobre as quais a comissão deve trabalhar é a necessidade de uniformizar a legislação. O ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Torquato Jardim lembrou que a perda de registro, diploma ou mandato, por exemplo, pode ser motivada por quatro hipóteses presentes na legislação eleitoral. Em outro exemplo, o abuso de poder econômico é punido por quatro legislações (Lei Complementar 64/90, Lei 9.504/97, o Código Eleitoral e a Constituição Federal), com resultados diversos.



Pedro Sorrentino realiza palestra no Instituto Legislativo Brasileiro a convite da Secretaria de Relações Públicas

## Importância das mídias sociais para diálogo direto

O publicitário e profissional de relações públicas Pedro Sorrentino ressaltou ontem a importância das novas mídias sociais para que empresas, instituições e pessoas públicas possam ter um diálogo direto com seus públicos ou clientes. A palestra “Jornalismo e relações públicas 2.0 – ideias para uma instituição pública atuar de forma mais participativa nas mídias sociais” foi promovida no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) pela Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal.

Pedro Sorrentino é autor do documentário *Obama digital*

(exibido ao final do evento), que analisa o uso das redes sociais na campanha presidencial do então candidato Barack Obama. Em diversas entrevistas com especialistas, o documentário aponta Obama como o primeiro candidato a presidente no mundo a lançar mão das novas mídias sociais da internet de maneira bem-sucedida. Conforme Sorrentino, Obama usou 16 dessas ferramentas na campanha, principalmente o Twitter, o Facebook e o YouTube, e até redes especializadas nos públicos negro, gay e muçulmano.

O palestrante exemplificou algumas das estratégias usadas

pelo agora presidente Obama: o anúncio de quem seria seu candidato a vice-presidente em primeira mão por SMS (mensagens de celular) a eleitores previamente cadastrados; anúncios e propagandas em *videogames* em rede; e criação de um *site* apenas para rebater ou desmentir boatos e acusações contra o candidato (como a de que ele não seria um norte-americano nato).

Mas não basta que uma instituição tenha perfis em diversas dessas redes, pois a boa qualidade do conteúdo (a mensagem ou o produto) ainda é o mais importante, disse Sorrentino.

### Nota sobre o caderno de Oesp

A Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado divulgou ontem nota à imprensa sobre encarte publicado no último sábado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulado “Sob Censura”. A íntegra da nota da Secretaria de Imprensa é a seguinte:

“No último sábado, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou encarte intitulado ‘Sob Censura’, cuja matéria de capa induzia o leitor à suposição de que o Senado Federal estaria se recusando a atender requerimentos da Procuradoria-Geral da República (PGR). Nada mais distante da realidade: dos 17 pedidos de informação recebidos da PGR nos últimos 12 meses, apenas

um (Ofício 169) teve a sua resposta retardada, em face da quantidade de dados envolvidos e a complexidade de seu processamento.

Após a conclusão do recesso parlamentar, o presidente do Senado Federal assinou ofício de encaminhamento à PGR com a resposta requerida, da qual fazem parte centenas de páginas de documentos.”

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Cobertura suplementar para seguro rural

14h Na pauta de votações da sessão deliberativa, entre outros itens, os senadores analisam projeto que inclui a Caatinga entre os ecossistemas considerados como patrimônio nacional.

### Presidência Presidente de Camarões visita Senado

11h O presidente do Senado, José Sarney, recebe na sala de audiências os formandos da Academia Militar das Agulhas Negras. Às 13h, participa, no Palácio do Itamaraty, de almoço oferecido por Lula ao presidente de Camarões, Paul Biya. Às 15h15, encontra-se com Biya no Salão Nobre. Preside a ordem do dia às 16h. Às 17h30, comparece à posse de Eunice Pereira Amorim Carvalhido no cargo de procuradora-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

### CCT Mercado de TV a cabo em debate

8h30 Audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para discutir o mercado de TV a cabo no país. Entre os convidados, o conselheiro da Anatel João Batista de Rezende; o presidente da Associação Brasileira de TV por Assinatura, Alexandre Annenberg; e o diretor jurídico da NET, André Müller Borges. Após o debate, os senadores analisam projeto que altera a legislação para criar novas regras para campanhas eleitorais.

### CI Marco regulatório dos biocombustíveis

8h30 A Comissão de Serviços de Infraestrutura examina a indicação de Jorge Luiz Macedo Bastos para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestre (ANTT). O relatório final do marco regulatório dos biocombustíveis poderá ser apresentado à Mesa pela comissão. Senadores que integram o colegiado votam texto de anteprojeto que trata do tema.

### CAS Política Nacional de Medicamentos

9h Projeto que institui a Política Nacional de Medicamentos e a proposta que trata da devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário estão entre os 25 itens da pauta da Comissão de Assuntos Sociais.

### CCJ Novas regras para liberdade condicional

10h Propostas que estabelecem regras mais rígidas para concessão de liberdade condicional para condenados por crimes hediondos está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Entre os cem itens, está também projeto que facilita uso de sobrenome por parceiros de união estável e o que padroniza os dados do boletim de ocorrência elaborado pela polícia.

### CE Questões socioeconômicas nas escolas

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte debate em audiência o tema “Questões socioeconômicas e territorialidade”, parte do seminário Diversidade nas Escolas: preconceito e inclusão. O objetivo é discutir questões que podem gerar diferenças no âmbito escolar. Foram convidados o secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do MEC, André Lázaro; o especialista em educação da Unesco Timothy Ireland; o pesquisador do CNPq Francisco José Batista de Albuquerque; e a coordenadora do programa Diversidade, Raça e Participação, da ONG Ação Educativa, Denise Carreira.

### CPC Comissão do CPC elege presidente

11h30 Instalação da comissão destinada a examinar projeto que reforma o Código de Processo Civil. Na reunião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado.

### CMMC Comissão elege direção

15h A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas reúne-se para eleger o presidente, o vice-presidente e o relator do colegiado.

**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)



Proposta estende a todas as trabalhadoras licença concedida até agora apenas às funcionárias de empresas que aderissem ao Programa Empresa Cidadã

# Senado amplia licença-maternidade para 180 dias

A AMPLIAÇÃO DA licença à gestante de 120 para 180 dias recebeu o apoio da totalidade dos senadores presentes na sessão plenária de ontem. A mudança, prevista em proposta de emenda à Constituição (PEC 64/07) apresentada pela senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), foi aprovada em segundo turno e agora vai ao exame da Câmara dos Deputados.

A proposta – que altera a redação do inciso XVIII do artigo 7º da Constituição – estende a todas as trabalhadoras o benefício que havia sido concedido pela Lei 11.770/08 às funcionárias das empresas que aderissem ao Programa Empresa Cidadã. Por essa lei, originada de projeto da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), as empresas que aderissem ao programa teriam benefícios fiscais.

A PEC foi aprovada em primeiro turno no esforço concentrado do dia 7 de julho. O resultado foi comemorado pelos senadores e pelo público presente nas galerias do Plenário.

Rosalba Ciarlini disse que a proposta foi a primeira que apresentou no Senado, fruto de suas observações quando atuava como médica pediatra.

– Via a angústia das mães quando tinham que voltar ao trabalho. Agora, a mãe vai voltar ao trabalho muito mais produtiva e tranquila, ao passo que a criança terá um desenvolvimento psíquico mais equilibrado e será um cidadão de paz – disse a senadora.

## Consagração

O presidente do Senado, José Sarney, elogiou o valor social da PEC. Ele lamentou que o regimento imponha restrições à participação do presidente nas votações e disse que, do contrário, teria prazer em juntar seu voto ao dos demais.

– A emenda de Vossa Exce-



Unidade de Referência Materno-Infantil da Secretaria de Saúde do Pará na campanha de aleitamento materno



Rosalba Ciarlini teve o apoio de todos os senadores, como os líderes Arthur Virgílio (E), do PSDB, e Romero Jucá, do governo

lência recebeu uma verdadeira consagração dessa Casa – disse.

Diversos outros senadores

ressaltaram os benefícios inerentes à ampliação do período de convivência entre a mãe e o

bebê. A senadora Marina Silva (PV-AC) observou que a oportunidade de amamentação por

mais tempo exclui a necessidade de alimentação precoce que expõe os recém-nascidos a diversas infecções.

– Há ganho emocional, ganho social e ganho econômico para o poder público, já que há perspectiva de diminuição de gastos com saúde pública – disse Marina, que voltou de sua licença para participar do esforço concentrado.

Já Augusto Botelho (PT-RR), que também é médico, acrescentou que não é só leite que faz bem ao bebê, mas o contato físico com a mãe.

– Seis meses é o mínimo. As pessoas serão melhores se conviverem mais tempo com as mães – disse.

Aloizio Mercadante (PT-SP), por sua vez, lembrou que a ideia é meritória e que existe em muitos países, mas que será necessário reduzir outros gastos públicos para que mães e filhos não sejam prejudicados.

## Segurança

Inácio Arruda (PCdoB-CE) observou que a votação foi acompanhada por assistentes sociais, que lotaram as galerias do Plenário e comemoraram o resultado.

– Todos têm conhecimento profundo da matéria e sabem do que estamos falando.

O que difere a proposta ora em discussão da Lei 11.770/08, que criou o Programa Empresa Cidadã, é que, no caso da legislação em vigor, a ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses vale para as funcionárias das empresas que aderirem ao programa, mediante incentivo fiscal. A PEC de Rosalba Ciarlini, por sua vez, torna a norma obrigatória para todas as empresas e instituições.

A autora argumenta ainda que a proposta visa garantir a segurança da mulher no mercado de trabalho.

## UFMG ganha prêmio sobre Lei Maria da Penha

O Núcleo de Estudos da Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) ganhou o prêmio Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da Penha, pelo projeto de unificação das informações a respeito da violência doméstica.

A Secretaria de Política para as Mulheres, ligada à Presidência da República, premiou ontem cinco iniciativas relacionadas à Lei Maria da Penha. A Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado foi finalista na categoria Realização de Estudos e Pesquisa, que premiou o núcleo da UFMG.

Mais informações podem ser obtidas no site da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

## Proposta suspende monopólio estatal sobre radioisótopos

A produção, comercialização e utilização de radioisótopos – materiais utilizados na medicina nuclear para a pesquisa e prevenção em áreas como a cardiologia, a neurologia e a oncologia – poderão ser feitas por agentes privados, de acordo com proposta de emenda à Constituição (PEC 100/07) aprovada em segundo turno pelo Plenário. Pela legislação atual, a produção de materiais radioativos está submetida ao monopólio estatal. A PEC segue agora para o exame da Câmara dos Deputados.

A proposta altera dois itens da Constituição, autorizando, ainda sob o regime de permissão, que todos os radioisótopos de uso médico possam ser produzidos e comercializados por agentes privados, ficando, contudo, mantido o controle da Comissão Nacional de Energia Nuclear sobre a atividade, como poder concedente.

De acordo com o autor, Alvaro Dias (PSDB-PR), o monopólio estatal faz com que esse tipo de material – ele citou como exemplos o iodo 123, o tecnécio 99 e o samário 73 – só seja produzido em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde se localizam os institutos de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) e de Engenharia Nuclear (IEN) respectivamente. Devido ao curto período de vida dos produtos, que não vai além de duas horas, os radioisótopos, na prática, não podem ser utilizados fora dos grandes centros urbanos do país. Se os deputados confirmarem a votação do Senado, os radioisótopos poderão ser produzidos em todo o território nacional.

– Vidas se perdem porque o produto não chega a tempo – disse Alvaro Dias, enquanto Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Marco Maciel (DEM-PE) destacaram a importância da decisão.

## Aprovada PEC que regulariza servidores de ex-territórios

O Senado aprovou em segundo turno ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 17/10, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que inclui no quadro de servidores civis e militares dos ex-territórios federais do Amapá e de Roraima os funcionários admitidos regularmente até a data da instalação dos dois estados. A proposta foi aprovada por 56 votos favoráveis e nenhum voto contrário e vai à Câmara.

Os signatários da PEC afirmam que a aprovação da medida é necessária para garantir aos servidores que prestaram serviço aos então territórios o mesmo tratamento concedido aos que passaram a trabalhar nos agora estados.

Pelo texto aprovado, os servidores públicos federais da administração direta e indireta, bem como os servidores municipais e os integrantes da carreira policial militar dos

ex-territórios do Amapá e de Roraima constituirão quadro em extinção da administração federal, assegurados os direitos e vantagens inerentes aos seus servidores, vedado o pagamento, a qualquer título, de diferenças remuneratórias. Pela PEC, esses servidores são os que estavam, comprovadamente, no exercício regular de suas funções, trabalhando para os ex-territórios na data em que foram transformados em estados.

O benefício também contempla os policiais militares que tenham sido admitidos por lei federal, custeados pela União, os servidores civis desses estados com vínculo funcional já reconhecido pela União e, ainda, mediante opção, os policiais militares admitidos regularmente nos quadros dos dois estados até a data de posse do primeiro governador eleito, no dia 1º de janeiro de 1991.



O novo órgão, vinculado ao Ministério da Saúde, assumirá as funções da Fundação Nacional de Saúde. Proposta também fortalece três secretarias ligadas à Presidência



A decisão foi comemorada, nas galerias do Plenário, por representantes de inúmeras comunidades indígenas

## Senado aprova criação da Secretaria de Saúde Indígena

A CRIAÇÃO DE uma secretaria com a finalidade exclusiva de cuidar da saúde indígena foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado. Os senadores acolheram o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 8/10, resultante da Medida Provisória (MP) 483/10, que transfere para esse novo órgão do Ministério da Saúde a competência antes atribuída à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) de atendimento básico à população indígena.

Vários senadores, como Inácio Arruda (PCdoB-CE), Augusto Botelho (PT-RR), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN), destacaram a importância da proposta, cuja

votação foi acompanhada, das galerias, por representantes de várias comunidades indígenas.

### Modelo

Conforme o projeto, que vai à sanção presidencial, o órgão vai cuidar do modelo de gestão da saúde indígena, no que se refere à coordenação, à normatização, ao planejamento e à execução das ações no setor.

A proposta adota uma série de medidas para fortalecer institucionalmente as secretarias de Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres, e de Portos, todas vinculadas à Presidência da República, cujos titulares têm *status* de ministros de Estado e passam a integrar o Conselho

de Desenvolvimento Econômico e Social.

O projeto, que recebeu parecer favorável da relatora-revisora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), também cria, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma secretaria extraordinária para coordenar, normatizar e supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas rurais da Amazônia Legal.

Lúcia Vânia destaca que o mérito do projeto é inequívoco, já que a mudança na estrutura organizacional da cúpula do Executivo deve permitir que a máquina administrativa funcione de maneira mais eficiente na execução de políticas de grande relevância para a sociedade.

## Senadores destinam verbas para sanar dificuldades de estados e DF

O Plenário também aprovou ontem duas medidas provisórias que viabilizam a transferência de R\$ 1,6 bilhão aos estados e ao Distrito Federal. A MP 484/10 assegura apoio financeiro a esses entes federados, no montante de R\$ 800 milhões. Outros R\$ 800 milhões são transferidos aos estados do Norte e do Nordeste, no âmbito do Programa Especial de Fortalecimento do Ensino Médio, criado pela própria MP.

Os recursos devem ser repassados este ano por meio do Fundo de Participação dos Estados (FPE)

para sanar dificuldades emergenciais decorrentes da queda de arrecadação provocada pela crise financeira internacional. A liberação desses recursos está prevista em outra MP, a 485/10.

Segundo a proposta, o Programa Especial de Fortalecimento do Ensino Médio atenderá a estados do Norte e Nordeste cujo valor anual por aluno do ensino médio – referente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) – seja inferior à média dessas regiões em 2010.

## Recursos para vítimas de enchentes, vacinas e recuperação do Haiti

O Senado aprovou a MP 486/10, que abriu crédito extraordinário no valor de R\$ 1,4 bilhão em favor de ministérios e órgãos públicos federais. A maior parcela (R\$ 530 milhões) foi destinada ao Ministério da Integração Nacional, para atender às populações vítimas de desastres naturais ocasionados por fortes chuvas e inundações em municípios do Sudeste, bem como para estados atingidos pela estiagem do Nordeste. A medida vai à promulgação.

O Ministério da Saúde foi o que recebeu a segunda maior

parcela dos recursos (R\$ 450 milhões), destinados ao Fundo Nacional de Saúde. Esses recursos serviram para ampliar a vacinação contra a gripe suína (H1N1) para adultos jovens de 30 a 39 anos, bem como para despesas com logística, aquisição de material e início da estratégia de vacinação contra a meningite meningocócica do tipo C. Outra parcela (R\$ 337 milhões) foi aplicada pelo Ministério da Defesa no preparo de equipes enviadas ao Haiti, já que o efetivo naquele país foi aumentado em 1.300 militares.

## Empréstimos para rodovias e melhorias urbanas

Nove pedidos de empréstimos externos feitos pela União, pela prefeitura do Rio de Janeiro e pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Ceará foram aprovados ontem pelo Senado. Os recursos serão aplicados em dezenas de projetos de construção e recuperação de rodovias, melhorias urbanas, meio ambiente e turismo.

O maior deles, para o município do Rio de Janeiro, permitirá que a cidade reduza os gastos com o pagamento de juros de sua dívida com a União. A ideia é trocar os juros internos, que são mais elevados, pelos juros do Banco Mundial, mais baixos. O empréstimo (MSF 219/10), de R\$ 1,8 bilhão, permitirá a amortização de pelo menos 20% da dívida que o Rio de Janeiro renegociou com a União em 2002.

Em valor global que, em moeda nacional, corresponde a mais de R\$ 3,5 bilhões, os empréstimos externos haviam sido aprovados na manhã de ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Outras quatro operações canalizam cerca de R\$ 921 milhões para o estado de São Paulo. Desse valor, cerca de R\$ 906 milhões estão sendo contratados pela administração estadual.

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) festejou a aprovação, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), do conjunto histórico da Praça São Francisco, em São Cristóvão (SE), como Patrimônio Cultural da Humanidade. É o 19º bem brasileiro que recebe essa distinção, afirmou o parlamentar.

Valadares salientou a votação unânime do conselho da Unesco para a decisão, que irá incrementar o turismo, gerando emprego e renda.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) pediu que o Banco do Nordeste perdoe as dívidas de até R\$ 10 mil contraídas por agricultores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), conforme determina a Lei 12.249/10.

A senadora relatou que, em companhia de José Bezerra (DEM-RN) e do senador licenciado José Agripino (DEM-RN), esteve na superintendência do Banco do Nordeste em seu estado, onde foi informada de que o perdão da dívida necessita de "regulamentação por um conselho nacional".

Paulo Paim (PT-RS) elogiou em Plenário os resultados alcançados pelo governo federal com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no país.

Segundo Paim, um dos efeitos mais importantes decorrente do programa foi a redução da fração mais pobre da população, que passou de 30% no último trimestre de 2003 para 17% no final de 2009. Ele salientou que o crescimento se fez acompanhar de distribuição de renda e justiça social.

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) se queixou ontem da demora, provocada pelo excesso de burocracia, na liberação dos empréstimos para os milhares de pequenos comerciantes vitimados pelas enchentes ocorridas em junho nos municípios da Zona da Mata Sul, em Pernambuco.

Jarbas disse que o presidente Lula tem uma grande dificuldade para cumprir a maioria das promessas que faz, conforme mostra reportagem do *Jornal do Comércio*, de seu estado.

Mário Couto (PSDB-PA) lamentou que até hoje ninguém tenha sido punido pela morte de 280 bebês na Santa Casa de Misericórdia de Belém. Para ele, a governadora do estado nem fala disso e sua única preocupação é se reeleger em outubro próximo.

– Ninguém foi punido porque o governo é poderoso e não quer punições – disse ele, opinando que o instituto da reeleição deve ser discutido novamente durante a reforma política.

Papaléo Paes (PSDB-AP) cobrou do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, promessa que ele fez há meses de transformar o futuro hospital do câncer de Macapá em hospital geral.

A obra do hospital está paralisada há oito anos por causa de denúncias de irregularidades e o ministro afirmou ao senador, em audiência, que só esperava por um parecer técnico para mudar a destinação do hospital e direcionar as últimas verbas para sua conclusão e funcionamento.

César Borges (PR-BA) destacou denúncias da imprensa sobre repasses irregulares de verbas públicas pelo governo da Bahia a organizações não governamentais (ONGs). Os repasses teriam sido feitos sem processo licitatório.

De acordo com César Borges, o total de R\$ 307 milhões repassado em 2009 às 70 maiores entidades sem fins lucrativos da Bahia é quatro vezes maior que os R\$ 26 milhões investidos pela Secretaria de Segurança Pública no mesmo ano.

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) homenageou a categoria profissional dos carteiros. Ele informou que, em todo o Brasil, os Correios contam com 50 mil carteiros (dos quais 8,22% são mulheres), responsáveis pela entrega de 40 milhões de objetos por dia.

Roberto Cavalcanti disse que existe uma grande demanda reprimida no setor e que a deficiência observada na oferta diária dos serviços, especialmente nos bairros mais pobres, ocorre pela falta de mais carteiros.

Na edição de 23 de julho, a revista *IstoÉ* noticiou que o senador Fernando Collor (PTB-AL), candidato ao governo de Alagoas, não conseguiu todas as certidões exigidas pela Justiça e, portanto, poderia ter sua candidatura impugnada. O senador negou a veracidade da informação e exibiu, em Plenário, 12 certidões de nada consta.

– Trata-se de apuração errônea do dito repórter [Hugo Marques], ou mesmo não efetuada como recomenda a boa prática jornalística – afirmou Collor.

Ao encaminhar à Mesa pedido de licença de 60 dias do cargo de senador, sem remuneração, Hélio Costa (PMDB-MG) anunciou que a partir de hoje se dedicará 24 horas por dia à sua candidatura ao governo de Minas Gerais.

Ele disse que pretende recapturar sua cadeira a partir do dia 3 de outubro "após uma bela vitória" da coligação PT/PMDB/PCdoB/PRB.

O representante de Minas Gerais afirmou que sua proposta para o estado contempla, sobretudo, uma preocupação social.



Vai à sanção do presidente da República projeto que reduz carga horária semanal e garante adequação da jornada sem redução do salário

## Jornada de 30 horas para assistentes sociais

SOB APLAUSOS E gritos de "vitória" de assistentes sociais que lotavam as galerias, o Plenário do Senado aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara que fixa em 30 horas semanais a jornada de trabalho dos assistentes sociais. A proposta (PLC 152/08) acrescenta dispositivo à Lei 8.662/93 e garante ainda a adequação da jornada, sem redução de salário, aos profissionais com contrato de trabalho em vigor. O texto seguiu para sanção presidencial.

De autoria do deputado Mauro Nazif (PSB-RO), o projeto recebeu parecer favorável na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, onde foi relatado pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Em Plenário foi lido pelo relator *ad hoc*, Flávio Arns (PSDB-PR). Vários senadores afirmaram, durante o processo de votação, que a redução da jornada era uma questão de justiça com a categoria, que atua frequentemente com os mais pobres e as minorias, exercendo um trabalho extenuante.

Ao justificar sua iniciativa, o autor do projeto argumenta que os assistentes sociais integram uma categoria cujo trabalho leva rapidamente à fadiga física, mental e emocional. São profissionais que atuam junto a pessoas que passam pelos mais diversos problemas, seja em hospitais, presídios, clínicas, centros de reabilitação ou outras entidades destinadas ao acolhi-



No gabinete da presidência do Senado, Marinete Cordeiro (E), Fernanda Silva Fernandes, Ivanete Salete Boschetti, José Sarney, Elaine Rossetti Behring e Achille Lollo

mento e à reinserção da pessoa na sociedade.

A relatora da matéria na CAS assinalou que os assistentes sociais são profissionais "que apresentam alto grau de contato interpessoal, ficam mais expostos aos agentes nocivos da atividade e têm sua saúde física e mental, assim como sua qualidade de vida e profissional, mais afetadas, já que interagem de forma muito ativa com os usuários de seus serviços".

De acordo com o Bureau of Labor Statistics, citado no parecer da CAS, o serviço social é uma profissão para aqueles com desejo de ajudar a melhorar a vida das pessoas. Por isso, o objeto de estudo dessa profissão é a questão social, "com as consequências desigualdades e lutas da sociedade, cabendo ao assistente

social o enfrentamento da marginalização social".

De acordo com pesquisas citadas pela relatora da matéria, entre os profissionais da saúde, o assistente social, ao lado do médico e do enfermeiro, é o que apresenta um dos maiores índices de estresse. A carga de responsabilidade depositada nesse profissional é grande, pois dele depende, em muitos casos, a continuação do tratamento pelo indivíduo.

Como regra geral, a Constituição fixou a duração da jornada de trabalho em oito horas diárias e 44 horas semanais. Algumas atividades, entretanto, exigem mais do trabalhador, levando-o mais rapidamente à fadiga, por desgaste físico ou psicológico, conforme explicou o autor da proposta. Ele citou, entre ou-

tros profissionais da área de saúde com direito a jornada de trabalho reduzida, os médicos, auxiliares de laboratorista e de radiologista, técnicos em radiologia, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.

### Sarney recebe apelo

A fim de manifestar apoio à votação da matéria, profissionais da área reuniram-se ontem de manhã com o presidente da Casa, José Sarney, e lembraram que o Brasil tem 90 mil assistentes sociais aguardando a aprovação do projeto. O senador expressou sua solidariedade com a causa.

Na sala de audiências do gabinete da Presidência, Sarney recebeu, entre outros, Ivanete Salete Boschetti, conselheira-presidente do Conselho Federal

de Serviço Social; Fernanda Silva Fernandes, do Conselho Regional de Serviço Social do Distrito Federal; Elaine Rossetti Behring, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; e Achille Lollo, da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social.

Ivanete Boschetti disse que, depois dos policiais e professores, os assistentes sociais são os profissionais que mais sofrem com desgastes no trabalho. Ela disse que eles frequentemente trabalham em situações precárias, por 40 e até 44 horas semanais.

Indagada se a redução na jornada de trabalho não resultará em prejuízo à população, Ivanete disse que novos profissionais poderão ser contratados para realizar o atendimento.

## Presidente de Camarões visita hoje o Senado

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 15h, no Salão Nobre, o presidente da República de Camarões, Paul Biya. É a primeira visita de um mandatário do país africano ao Brasil, que ocorre no ano do cinquentenário de reconhecimento da independência camaronesa pelo Brasil, ocorrida em 25 de janeiro de 1960.

De acordo com informações do site do Ministério das Relações Exteriores, a visita é mais um passo do recente processo de aproximação bilateral, iniciado com a viagem àquele país do ministro Celso Amorim, em janeiro de 2005, e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em abril do mesmo ano, ocasião em que foi reaberta a embaixada brasileira em Iauendé, a capital.

O presidente camaronês irá primeiro ao Palácio do Itamaraty, onde assinará atos e participará de um almoço oferecido pelo presidente Lula. Depois, será recebido no Senado, na Câmara dos Deputados e no Supremo Tribunal Federal (STF). No dia 5, Biya inaugurará a embaixada de seu país.

Camarões tornou-se parceiro comercial relevante do Brasil na África. No primeiro semestre de 2010, o intercâmbio entre os dois países atingiu US\$ 103,5 milhões, o que representa crescimento de 72,4% em relação ao mesmo período do ano passado.



Acatado no Plenário, projeto de regularização fundiária beneficiará municípios de Marcelândia e Peixoto de Azevedo

## Senado aprova doação de glebas a Mato Grosso

O Senado aprovou ontem proposta (PLC 14/10) pela qual a União doa a Mato Grosso as glebas Maiká e Cristalino/Divisa, na região norte do estado. Ambas as glebas eram objeto de disputas judiciais havia vários anos. A proposta segue para sanção do presidente da República.

O relator do projeto em Plenário, senador Jayme Campos (DEM-MT), manifestou satisfação pela possibilidade de regularização fundiária da gleba Maiká. Jayme Campos disse tratar-se de "um sonho de 25 anos", que beneficiará 30 mil famílias nos municí-

pios de Marcelândia e Peixoto de Azevedo.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), relatora do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), comemorou o entendimento dos parlamentares que garantiu a aprovação do projeto.

Serys afirma, referindo-se ao caso de Marcelândia, que era preciso corrigir uma injustiça com pessoas que para lá se deslocaram para se estabelecer e produzir e, devido a problemas legais, foram prejudicadas. A senadora diz que a gleba Cristalino/Divisa passou por situação semelhante, lembrando

que, segundo o Ministério Público Federal, foi instituída a retirada violenta de um bem da esfera da posse do legítimo possuidor. Esse ato ilegal teria sido patrocinado pela União.

Nos dois casos, avalia Serys, houve "grave injustiça contra aqueles que de boa-fé ocuparam as terras e se viram despojados de seus direitos de propriedade". Ela acredita que a aprovação da proposta corrige essa situação e põe fim a anos de insegurança e de litígio jurídico que só causaram prejuízos à União, ao estado, aos municípios e aos particulares envolvidos.

## Aprovados embaixador no Congo e ministro do TST

O diplomata Paulo Américo Veiga Wolowski, indicado pelo presidente da República para ser o embaixador brasileiro junto à República do Congo, obteve ontem 46 votos do Plenário a favor de seu nome e dois contrários. A decisão será comunicada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Outro nome aprovado pelos senadores, de Jony Marcos do Valle Lopes, foi indicado pelo presidente da República para ocupar o cargo de diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

O Plenário acatou ainda a indicação de José Roberto Freire Pimenta para ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e duas reconduções ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade): a de Olavo Zago Chinaglia e a de Vinícius Marques de Carvalho.



Proposta que autoriza o Executivo a criar jogos anuais destinados a alunos do ensino básico é aprovada em decisão terminativa pela Comissão de Educação



Presidida por Fátima Cleide (ao lado de Flávio Arns), CE também aprovou projeto que beneficia alunos com deficiência

## Brasil pode criar olimpíada para estimular o esporte

A SEIS ANOS da realização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, o Brasil poderá adotar uma nova política de estímulo à prática desportiva. Trata-se da Olimpíada Brasileira do Esporte (OBE), cuja criação é autorizada em projeto de lei de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O projeto (PLS 503/09), que teve como relator Jefferson Praia (PDT-AM), autoriza o Executivo a promover anualmente, por meio dos ministérios do Esporte e da Educação, a olimpíada brasileira, destinada aos estudantes do ensino básico.

Também foi aprovado em decisão conclusiva o PLS 197/04, de autoria de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), destinado a garantir o "adequado atendimento" das necessidades dos alunos com deficiência nas escolas de educação básica. Relatado por

Flávio Arns (PSDB-PR), o projeto estabelece que a fixação dos valores *per capita* relacionados ao programa Dinheiro Direto na Escola contemplará diferenciadamente as unidades de educação básica que oferecem educação especial.

A CE aprovou ainda o PLS 113/08, de Paulo Paim (PT-RS), que autoriza o Executivo a criar centros de integração federal em todas as comunidades quilombolas do país. O projeto teve como relator Valter Pereira (PMDB-MS) e será apreciado agora pelas comissões de Constituição e Justiça (CCJ), e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), nesta em decisão terminativa.

### Amazônia

A pedido de Augusto Botelho (PT-RR), foram incluídos em pauta e aprovados dois projetos de estímulo ao atendimento à saúde de populações de áreas

longínquas do país, especialmente na Amazônia. Ambos foram relatados pelo senador.

Uma das propostas (PLC 90/10) estabelece incentivos aos profissionais de saúde que tenham realizado Estágio de Adaptação e Serviços (EAS) nas Forças Armadas. Já o PLC 91/10 disciplina a convocação de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários recém-formados que não tenham prestado o serviço militar obrigatório. O projeto será ainda examinado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em caráter terminativo.

Por sugestão de Belini Meurer (PT-SC), a CE decidiu realizar audiência pública sobre a situação das universidades comunitárias. O requerimento contou com o apoio de Cristovam Buarque (PDT-DF), Flávio Arns (PSDB-PR), Níura Demarchi (PSDB-SC) e Fátima Cleide (PT-RO), presidente da comissão.

## Motoboys deverão ter isenção de IPI na compra de motocicletas

Motocicletas com motores entre 51 e 125 cilindradas adquiridas por motoboys ou mototaxistas poderão ficar isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Proposta (PLS 160/10) com essa finalidade, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ontem. O projeto ainda será examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em decisão terminativa.

Para receber o benefício, as motocicletas deverão ser registradas como veículo da categoria aluguel e estarem equipadas com itens de segurança exigidos pela legislação. Caso haja venda do veículo adquirido com isenção do IPI a pessoas que não satisfaçam as condições e os requisitos estabelecidos, antes de se completarem três anos da primeira aquisição, o vendedor será obrigado a pagar o tributo dispensado.

A presidente da CAS e relatora da proposta, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), disse que os motoboys – depois da regulação da profissão pela Lei 12.009/09 – merecem os mesmos benefícios concedidos aos taxistas.

A senadora destacou que a isenção do IPI poderá reduzir o preço das motocicletas em até 30%. Na avaliação de Rosalba, os profissionais terão interesse em cumprir as normas de segurança para terem direito ao benefício.

Flexa Ribeiro defendeu a isenção de IPI das motocicletas como forma de oferecer isonomia no tratamento tributário dado a motoboys e taxistas. Ele observou que nos dois casos o benefício incide sobre a compra de instrumentos de trabalho.

### Audiências

A CAS aprovou ainda dois pedidos para audiências públicas. Uma delas, proposta por Flávio Arns (PSDB-PR), vai avaliar os avanços e as dificuldades na implantação das medidas da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, adotadas pelos países membros da Organização Mundial da Saúde. Outro debate, a pedido de Augusto Botelho (PT-RR), vai tratar do prazo dado pelo Tribunal de Contas da União para substituir funcionários terceirizados do Instituto Nacional de Câncer (Inca) por servidores concursados.



Augusto Botelho quer debater substituição de servidores terceirizados do Inca

## Inscrição do nome de Getúlio Vargas no Livro dos Heróis da Pátria vai à sanção

O nome do presidente Getúlio Vargas será inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, segundo determina projeto de lei da Câmara (PLC 206/09) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e enviado à sanção presidencial.

Segundo o relator, Pedro Simon (PMDB-RS), a inscrição do nome de Vargas no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília, é uma

justa homenagem a um "personagem central" da política brasileira no século 20.

– É de todos conhecida a importância de Vargas para a formação de um Brasil moderno, urbano-industrial, com políticas culturais e educacionais estruturadas, em contraposição ao país rural que existiu até as primeiras décadas do século passado – disse Simon.

A comissão aprovou ainda, em bloco, 14 outros projetos em decisão terminativa.

Entre eles, o PLC 243/09 denomina Rodovia Historiador Oswaldo Henrique Castello Branco a rodovia BR-499, entre o entroncamento com a BR-040 e o Museu Casa de Cabangu, em Santos Dumont, Minas Gerais; o PLC 227/09 denomina Rodovia João Paulo II o trecho da BR-267 entre as cidades de Rio Brilhante e Porto Murinho, em Mato Grosso do Sul; o PLC 240/09 denomina Dr. Carlos Geraldo Valadares a ponte localizada na BR-352, na divisa dos municípios de Martinho Campos

e Abaeté, em Minas Gerais; o PLC 267/09 institui o Dia Nacional do Evangélico, a ser comemorado em 30 de novembro; o PLS 542/09 denomina Dom Antônio Fragozo a unidade do campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Crateús (CE); o PLS 446/09 institui o Dia Nacional do Interactiano – destinado a homenagear jovens de 14 a 18 anos que participam do Interact Club, ligado ao Rotary Club; o PLS 267/08 modifica o Código Brasileiro de Trânsito,

para determinar a observância do Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trânsito; o PLC 273/09 denomina Viaduto José Mendonça de Lima o viaduto da BR-153 localizado em Goiânia; o PLS 319/09 autoriza o Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia em Jucurutu (RN); e o PLS 445/09 denomina Rodovia Governador Alberto Silva o trecho da BR-343 entre os municípios de Luís Correia e Bertolínia, no Piauí.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Papaléo Paes • Serys Slhessarenko • Augusto Botelho • Eduardo Azeredo • Romeu Tuma • Heráclito Fortes • Eduardo Suplicy

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Diretor da PF afirma que esforço do Brasil na erradicação da droga no país vizinho não foi suficiente para impedir expansão da área plantada

# Plantio de coca na Bolívia preocupa Polícia Federal

A BOLÍVIA TEM se empenhado na erradicação do plantio ilícito de coca em colaboração com o Brasil, mas o esforço não foi suficiente para impedir a expansão da área plantada. Essa realidade foi revelada pelo diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, ontem, em audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre o tráfico de drogas da Bolívia para o Brasil.

A situação preocupa, segundo Luiz Fernando Corrêa, porque a produção de cocaína pela Bolívia abastece grande parte do mercado brasileiro. Das apreensões da droga feitas pela Polícia Federal entre 2009 e 2010, cerca de dois terços tinham origem boliviana. Só este ano, os agentes federais já recolheram mais de 11 toneladas de cocaína, das quais 6,5 toneladas (57%) foram produzidas naquele país.

De acordo com o diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, Roberto Troncon, a estratégia da instituição é atuar na redução da oferta da droga. E isso passa pela presença de seus agentes (982 até junho) nas fronteiras; pela cooperação interna (apoio das polícias estaduais, Forças Armadas, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal, Força Nacional) e externa (acordos bilaterais com países produtores); e pelo uso de recursos tecnológicos de ponta.

Ainda segundo Corrêa, com o apoio da Força Aérea Brasileira, os agentes federais dão suporte à política boliviana de erradicação da droga identificando áreas de plantio ilegal de coca. Dados repassados pelo governo

da Bolívia, e apresentados no debate da CCJ, dão conta da apreensão de 963 toneladas de folha de coca em 2009, volume que já chegou a 441 toneladas em 2010.

## Policimento

Como o Brasil tem 16,8 mil quilômetros de fronteiras com dez países – faixa territorial que cobre 11 estados, 571 municípios e abriga 11 milhões de pessoas –, o secretário nacional substituto de Segurança Pública, Alexandre Augusto Aragon, sustenta que uma ação eficaz de combate ao tráfico de drogas depende do envolvimento das polícias estaduais, um contingente com 610 mil homens no país.

Aragon revelou ainda uma situação de vulnerabilidade à violência em municípios de fronteira com mais de 50 mil habitantes, com índices de homicídio superiores aos de municípios mais populosos, e adiantou que a estruturação de um policiamento especializado de fronteira foi iniciada pelo governo federal em 2008.

Para o endurecimento de penas ligadas ao tráfico de drogas, o promotor de justiça Tiago di Giulio Freire, representante do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, fez as seguintes recomendações: condicionar a diminuição da pena exclusivamente ao tráfico de uma pequena quantidade de droga (não definida pela legislação); desvincular o aumento da pena ao efetivo cruzamento da divisa no caso de tráfico interestadual; e considerar o uso de transporte público, como ônibus, como suficiente para aumentar a pena em um sexto.



O diretor-geral Luiz Fernando Corrêa: dois terços da cocaína apreendida pela PF em 2009 e 2010 tinham origem boliviana

## Senado questiona ausência de mestra boliviana

Autora do requerimento de audiência pública sobre o tráfico de drogas da Bolívia para o Brasil, Kátia Abreu (DEM-TO) se disse preocupada com a ausência da professora boliviana Jimena Costa, da Universidad Mayor de San Andrés, que havia confirmado participação no debate. A apreensão da senadora foi reforçada quando Romeu Tuma (PTB-SP) leu correspondência de Jimena Costa na qual afirma que razões “além de seu controle” a teriam impedido de vir ao Senado.

Tuma considerou que “algo grave” pode ter motivado a ausência e propôs, com o apoio de Kátia Abreu, o envio de ofício ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) para que esclareça se, eventualmente, a professora Jimena Costa

foi proibida de participar da discussão pelo governo boliviano. Essa hipótese ganhou força depois que a senadora pelo Tocantins leu trechos de reportagem da revista *Veja* insinuando o envolvimento de assessor do presidente da Bolívia, Evo Morales, com o narcotráfico.

– Quem foge de debate apoia, acoberta, esconde. Segundo dados das Nações Unidas, o cultivo de coca aumentou 112% na Bolívia, enquanto houve uma redução de mais de 50% na Colômbia. Evo Morales é *persona non grata* no país e não tem interesse em acabar com esse negócio – acusou Kátia Abreu.

Ao avaliar a atuação da Polícia Federal na prevenção e no combate ao tráfico de drogas, Kátia Abreu reconhe-

ceu o “esforço e a boa-fé” da instituição, mas reclamou que o governo brasileiro ainda tem investido pouco para erradicar um mal (consumo de drogas) que afetaria mais de 20 milhões de brasileiros.

Como o Congresso Nacional está às voltas com a discussão do Orçamento da União para 2011, Kátia Abreu pediu ao diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, que encaminhasse uma proposta de recursos necessários para ampliar a repressão ao tráfico de drogas.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) também participou do debate na Comissão de Justiça e classificou como fantástico o trabalho de prevenção e combate ao tráfico de drogas que reúne 16 instituições públicas do país.



Na CCAI, Eduardo Azeredo (E), Wilson Trezza e Eduardo Ricardo Gradilone Neto

## Entrada ilegal de membro da Guarda Revolucionária iraniana

O presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), concluiu que o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, errou ao responder ao requerimento de informações sobre a entrada ilegal no país do integrante da Guarda Revolucionária do Irã Esmail Ghaani durante visita do presidente Mahmoud Ahmadinejad ao Brasil em novembro de 2009.

Na carta enviada à comissão, Barreto frisou não terem sido localizados registros de entrada ou saída em nome de Esmail Ghaani.

– Eu dirigi o departamento [da Polícia Federal]; o setor competente teria condições de fazer a busca correta e adequada e trazer a informação certa – afirmou, por sua vez, o deputado Marcelo Itagiba (PSDB-RJ).

O diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, que representou o ministro perante a comissão, informou que o sistema de dados da PF, por não ser fonético, forneceu, inicialmente, resposta da inexistência de tal nome na lista de impedidos de entrada no país e na lista da Interpol. Admitiu, porém, que ele integrou a comitiva do presidente Ahmadinejad.

## CAE aprova restrição ao uso de anfetaminas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem substitutivo a projeto que, no formato original, propõe banir do Brasil as anfetaminas, impedindo sua produção e importação ou que sejam prescritas pelos médicos. Na forma como a matéria (PLS 63/10) foi elaborada pelo autor, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), os médicos ficariam totalmente impedidos de receitar anfetaminas misturadas a outras drogas para pessoas que querem emagrecer. Nos chamados coquetéis para emagrecimento, entram tranquilizantes (benzodiazepínicos), diuréticos, hormônios ou extratos hormonais e laxantes.

A relatora da matéria, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que é médica, apresentou o substitutivo por discordar da

ideia de se proibir definitivamente as anfetaminas. Na reunião, ela disse que essa seria uma medida muito radical, num acréscimo ao que já havia indicado em seu parecer, no qual lembra haver indicações médicas para o uso dessas drogas. Citou, em especial, o tratamento do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, da narcolepsia e da obesidade, com restrições.

A relatora argumenta que o problema maior das anfetaminas está na sua comercialização ilegal, seja por sua entrada contrabandeada ou por sua venda sem receita nas farmácias. Assim, proibir a comercialização e o seu receituário em nada afetaria seu uso irregular.

De qualquer forma, no projeto substitutivo, a senadora

propõe que a importação e a exportação das anfetaminas dependam de autorização do órgão sanitário competente do governo. Esse tipo de droga também só poderá ser vendida pelas farmácias com a apresentação e retenção de receita médica. Além do mais, o médico não poderá receitar anfetaminas misturadas às outras drogas para emagrecimento.

Marcelo Crivella recorda que as anfetaminas serviram como primeiro moderador de apetite no combate à obesidade e depois passaram a ser utilizadas indiscriminadamente, inclusive por motoristas de caminhão e estudantes, como inibidor do sono.

A matéria vai ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

## Lei de Falências será debatida em audiência

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) requerimento de Eduardo Suplicy (PT-SP) para a realização de audiência pública sobre os cinco anos

de vigência da chamada Lei de Falências (Lei 11.101/05), que demorou 11 anos para ser aprovada. Especialistas serão convidados a analisar as mudanças decorrentes

da lei, que foi adotada para estimular a recuperação das empresas após entrarem em concordata. O debate será realizado depois das eleições de outubro.



Iniciativa prevê participação da União como cotista para cobrir riscos do seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal

## Aprovado, Fundo de Catástrofe vai à sanção

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a participação da União como cotista de fundo para a cobertura suplementar de riscos do seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal. O fundo proposto em projeto de lei da Câmara (PLC 22/10 – Complementar) vai substituir o atual Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). A matéria havia sido aprovada de manhã pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e segue agora para sanção presidencial.

Sem garantia ou aval do poder público, o chamado Fundo de Catástrofe responderá por

suas obrigações até o limite de seu patrimônio. A União será autorizada a emitir até R\$ 4 bilhões em títulos do Tesouro Nacional para integralização de suas cotas. Desse montante, R\$ 2 bilhões seriam integralizados no ato da subscrição e o restante, aplicado em até três anos. O fundo também contará com verbas orçamentárias federais.

De acordo com o relator da matéria na CRA, senador Valter Pereira (PMDB-MS), a medida representa um avanço por substituir um fundo – o FESR – que nunca criou condições efetivas para o desenvolvimento de um

mercado de seguro rural eficiente no Brasil.

Em seu relatório aprovado pela CRA, Valter Pereira destaca que “a participação de seguradoras e resseguradoras se dará de modo voluntário, sendo que aquelas instituições que optarem por integrar o fundo terão que adquirir cotas, o que leva a crer que o sistema proposto esteja lastreado em mais compromisso dos agentes participantes”.

O projeto garante a isenção do Imposto de Renda (IR) sobre os ganhos líquidos mensais e a retenção na fonte de rendi-

mentos obtidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável, Contribuição Social sobre o lucro líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição para o PIS/Pasep. Se o poder público não instituir pessoa jurídica para gerir o fundo dois anos após sua criação, a tarefa caberá ao Instituto Brasil Resseguros S.A. (IRB).

Em seu voto favorável, a relatora da matéria na CCJ, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), assinala que o projeto “coloca o Brasil em linha com instrumentos modernos de dis-

persão de risco e trata de forma apropriada a existência de riscos autocorrelacionados”.

Kátia Abreu também aponta quatro elementos “essenciais e inovadores” para o sucesso da proposta: fomento à aplicação de conhecimentos científicos de ponta, por meio do zoneamento agroclimático; criação de um programa de subvenção ao prêmio de seguro equilibrado; estruturação de uma política de liquidez do fundo para cobrir eventuais catástrofes; e instituição do núcleo de estudos para gestão sustentável do seguro rural.



Valter Pereira (D) preside reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária: senador alerta governo para necessidade de suprir mercado interno de trigo

### Valter Pereira pede liberação de estoque de trigo

O presidente da CRA, Valter Pereira (PMDB-MS), propôs que o governo leiloe 1 milhão de toneladas do trigo estocado da safra passada, para evitar aumento dos derivados do cereal.

– Caso contrário, o governo poderá colher uma péssima notícia neste semestre: a volta do crescimento da inflação – alertou.

Valter Pereira ressaltou que o país necessita, anualmente, de 10 milhões de toneladas de trigo para abastecer o mercado interno, mas só produz 5 milhões. Há um mês, acrescentou o senador, a tonelada do cereal americano estava cotada em US\$ 178.

– Ontem, a mesma tonelada estava valendo US\$ 240, alta de 35% – comparou.

Segundo Valter Pereira, a busca do trigo no mercado externo será inevitável entre agosto e início de outubro, quando entra a safra brasileira, e o reflexo direto, caso o governo federal não tome uma providência, “será o possível aumento dos derivados do trigo, principalmente o pãozinho nosso de cada dia”.

### Substituição de importações de produtos veterinários pode cair

Proposta aprovada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) acaba com a exigência de que os produtos de uso veterinário importados, parcial ou totalmente, devam ser integralmente elaborados no Brasil, dentro do prazo de três anos, a contar da data do seu respectivo licenciamento.

Aprovada em decisão terminativa, o projeto (PLS 130/10), que segue agora para análise da Câmara, revoga artigo da legislação sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário (Decreto-Lei 467/69).

Pela norma, são produtos de uso veterinário todos os preparados de fórmula simples ou complexa, de natureza química, farmacêutica, biológica ou mista, com propriedades definidas e destinadas a prevenir, diagnosticar ou curar doenças dos animais, ou que possam contribuir para a manutenção da higiene animal.

O autor da proposta, senador César Borges (PR-BA), explicou que o projeto visa aprimorar a legislação, que vem do período autoritário. Ele lembra que naquela época, o governo tinha como

meta a substituição das importações, com o objetivo de garantir uma reserva de mercado, trazendo, muitas vezes, prejuízo ao país.

– Muitas vezes, não temos demanda e mercado suficiente para se fabricar o produto internamente e, se prevalece essa norma, ocorre o encarecimento do produto, trazendo dificuldades muito grandes ao setor agropecuário brasileiro, que, hoje, na era da globalização, funciona por meio de acordos internacionais de livre comércio – explicou.

#### Licença

Emenda do relator da proposta, senador Jayme Campos (DEM-MT), ampliou de três para dez anos a licença para comercialização de produtos de uso veterinário importados, parcial ou totalmente. Ele lembra que o prazo máximo de três anos estipulado atualmente, somado à exigência de fabricação do produto no Brasil, representa, na prática, a necessidade de se conceder licença a outro, uma vez que a pecuária nacional demanda os produtos independentemente de haver licença para a importação.

### Projeto fixa normas que definem qualidade do vinho composto

Adequar a legislação brasileira sobre produção, circulação e comercialização de vinho composto e derivados aos padrões internacionais de identidade e qualidade. Esse é o objetivo de proposta do Poder Executivo aprovada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em decisão terminativa.

O projeto (PLC 44/10), que segue para análise da Câmara, acrescenta à Lei 7.678/88 dispositivo para permitir que os ingredientes do vinho composto sejam adicionados em conjunto ou separadamente no processo de fabricação do produto.

Pela proposta, o texto do artigo 15 da lei passa a definir vinho composto como a bebida com teor alcoólico de 14% a 20% em volume, elaborado pela adição, ao vinho de mesa, de macerados ou concentrados de plantas amargas ou aromáticas ou de substâncias de origem animal ou mineral, em conjunto ou separadamente. Permite ainda, na elaboração do vinho composto, o uso de álcool etílico potável de origem agrícola, de açúcar, de caramelo e de mistela simples (mosto da uva).

A lei classifica como vinho composto seis categorias: vermute (em que a losna predomina entre os seus constituin-

tes aromáticos); quinado (que contém quina); gemado (com gema de ovo); vinho composto com jurubeba; vinho composto com ferro-quina; além de outros vinhos compostos.

O ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Reinhold Stephanes informa, na apresentação da proposta, que existem 638 vinhos compostos registrados no ministério. A alteração na lei, segundo ele, permitirá, além de disciplinar a produção do vinho composto e regularizar o mercado, “oferecer instrumentos jurídicos adequados para o registro do produto junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tornando possível a atualização deste dispositivo legal à realidade hoje encontrada no mercado mundial”.

Favorável à proposta, o relator Gerson Camata (PMDB-ES) explica que o aperfeiçoamento da legislação do setor vai ao encontro da necessidade de expansão da produção de vinho composto no país.

“É importante destacar que as atividades do cultivo da uva e da fabricação de vinho no Brasil ocupam cerca de 300 mil pessoas, direta ou indiretamente, movimentando em torno de US\$ 3 bilhões ao ano”, observa Camata.

### Altas temperaturas na Rússia elevam preço do trigo

As altas temperaturas que assolam a Ásia e a Europa têm relação direta com o aumento do preço do trigo. A Rússia, quarto maior produtor mundial, pode sofrer quebra de parte de sua safra, enquanto o calor bate recordes e provoca incêndios em várias regiões do país.

De acordo com o site Bloomberg, a Rússia pode perder até 23% da produção do grão, provocando queda de suas exportações e consequente aumento de preços do produto. E a alta do preço do trigo já em andamento pode empurrar os preços de outros grãos.

O Brasil importa grande parte do trigo que consome dos países do Mercosul – a Argentina é grande produtora –, mas também dos Estados Unidos, do Canadá e da própria Rússia. Do preço do trigo depende o do pão, com efeito direto no bolso do trabalhador brasileiro.